REVISTA DA ABPN

DOI 10.31418/2177-2770.2021.v14.n.41.p333-360 | ISSN 2177-2770
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

ARQUITETURA DA DESIGUALDADE: O QUARTO DE EMPREGADA COMO COMUNICADOR DE UMA ORDEM SOCIAL ESTRATIFICADA

Jéssica Caroline Rodrigues de Lima[1]
Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Arquitetura, PósArq – Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, SC, Brasil.

Rafael Alves De Campos[2]
Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Arquitetura, PósArq – Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, SC, Brasil.

Rodrigo Gonçalves Santos[3]
Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Arquitetura, PósArq – Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, SC, Brasil

Resumo: Herança de diversos aspectos de origem histórica e sociológica, as dependências de empregados das habitações brasileiras mantiveram-se vinculadas à lógica de pensamento escravocrata do período colonial, que influenciou o longo dos séculos nas configurações destes ambientes. Apresenta-se aqui as transformações que marcaram as dependências de empregadas (quarto e banheiro) desde o seu surgimento na residência unifamiliar até os apartamentos contemporâneos brasileiros. A pesquisa foi desenvolvida através de fundamentação teórica e da análise de projeto de dois edifícios de apartamentos construídos na cidade de Maceió, capital do estado de Alagoas. Observou-se nos apartamentos analisados, uma série de soluções espaciais que carregam

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do Grupo Quiasma: Estudos e pesquisas interdisciplinares em arquitetura, corpo e cidade. Mestre em arquitetura e urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação Dinâmicas do Espaço Habitado da Universidade Federal de Alagoas (2019). Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (2015). E-mail: jessi.rodrigues80@gmail.com e ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0885-1876

[2] Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) da Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015). Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Maringá (2007). Pesquisador do Grupo Quiasma: Estudos e pesquisas interdisciplinares em arquitetura, corpo e cidade. E-mail: arqrafaelcampos@gmail.com e ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6205-8062

[3] Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordena o Grupo Quiasma: Estudos e pesquisas interdisciplinares em arquitetura, corpo e cidade. É graduado em Arquitetura e Urbanismo (1999), mestre em Engenharia de Produção (2003) e Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011). E-mail: rodgonca@gmail.com e ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4681-3117

significados relacionados à lógica do pensamento escravocrata do período colonial e que reproduzem ideais da "Casa-grande e Senzala" reforçando ideais de hierarquia de poder nas relações entre patrões e empregados.

Palavras-Chave: espaços de serviço; apartamentos; hierarquia; relações de poder; empregados.

ARCHITECTURE OF INEQUALITY: THE MAID'S ROOM AS A COMMUNICATOR OF A STRATIFIED SOCIAL ORDER

Abstract: Inheritance of various aspects of historical and sociological origin, the dependencies of employees in Brazilian housing remained linked to the logic of slavery thinking in the colonial period, which influenced the configurations of these environments over the centuries. Here, we present the transformations that marked the maids' quarters (bedroom and bathroom) from their appearance in single-family homes to contemporary Brazilian apartments. The research was developed through theoretical foundation and analysis of the design of two apartment buildings built in the city of Maceió, capital of the state of Alagoas. It was observed in the analyzed apartments, a series of spatial solutions that carry meanings related to the logic of slavery thinking of the colonial period and that reproduce ideals of the "Casa-grande and Senzala" reinforcing ideals of hierarchy of power in the relations between employers and employees.

Keywords: service spaces; apartments; hierarchy; Power relations; employees.

ARQUITECTURA DE LA DESIGUALDAD: LA HABITACIÓN DEL EMPLEADO COMO COMUNICADOR DE UN ORDEN SOCIAL ESTRATIFICADO

Resumen: Herencia de diversos aspectos de origen histórico y sociológico, las dependencias de los empleados en la vivienda brasileña permanecieron vinculadas a la lógica del pensamiento esclavista en el período colonial, que influyó en las configuraciones de estos ambientes a lo largo de los siglos. Presentamos aquí las transformaciones qué marcaron las dependencias de las empleadas domésticas (dormitório y baño) desde su aparición en las viviendas unifamiliares hasta los apartamentos brasileños contemporáneos. La investigación se desarrolló a partir de la fundamentación teórica y el análisis del diseño de dos edificios de departamentos construidos en la ciudad de Maceió, capital del estado de Alagoas. Se observó en los departamentos analizados una serie de soluciones espaciales que conllevan significados relacionados con la lógica del pensamiento esclavista en la época colonial y qué reproducen ideales de la "Casa-grande y Senzala" reforzando ideales de jerarquía de poder en las relaciones entre jefes y empleados.

Palabras-clave: espacios de servicio; apartamentos; jerarquía; Relaciones de poder; empleados.

ARCHITECTURE DES INÉGALITÉS: LA CHAMBRE DE L'EMPLOYÉ COMME COMMUNICATEUR D'UN ORDRE SOCIAL STRATIFIÉ

Résumé: Héritage de divers aspects d'origine historique et sociologique, les dépendances des salariés dans l'habitat brésilien sont restées liées à la logique de pensée esclavagiste à l'époque coloniale, qui a influencé les configurations de ces milieux au cours des siècles. Nous présentons ici les transformations qui ont marqué les quartiers des les employés de maison (chambre et salle de bain) depuis leur apparition dans les maisons unifamiliales jusqu'aux appartements brésiliens contemporains. La recherche a été développée à partir de fondements théoriques et d'analyses de la conception de deux immeubles d'habitation construits dans la ville de Maceió, capitale de l'État d'Alagoas. Il a été observé dans les appartements analysés, une série de solutions spatiales qui portent des significations liées à la logique de la pensée esclavagiste à l'époque coloniale et qui reproduisent les idéaux de la "Casa-grande et Senzala" renforçant les idéaux de hiérarchie du pouvoir dans les relations entre employeurs et employés.

Mots-clés: espaces de services ; appartements; hiérarchie; Relations de pouvoir; des employés.

INTRODUÇÃO

O setor ou zona de serviço da habitação sofreu inúmeras transformações conceituais, organizacionais e de uso que influenciaram de forma marcante a rotina doméstica de seus usuários ao longo do tempo em diferentes culturas. Até o final do século XIX, nos países de cultura ocidental, incluindo aí o Brasil, tais espaços eram considerados zonas de rejeição ou exclusão, consistindo, em geral, cômodos malcheirosos, úmidos e mal ventilados (GUERRAND, 2009, REIS FILHO, 2000;).

Conforme explica Lima (2015), as origens do trabalho doméstico brasileiro no escravismo e na divisão sexual do trabalho reforçaram a invisibilidade e a desvalorização social desta atividade, aspectos que foram refletidos no planejamento dos espaços da habitação. Reis Filho (2000) destaca que as áreas de serviço seriam, principalmente até 1945, "locais de completa desvalorização social, verdadeiro desprestígio, quase tabu herdado dos tempos em que ali estariam os escravizados e, agora, acomodando os filhos daqueles" (REIS FILHO, 2000, p.72). Nesse mesmo sentido Ribeiro (2019, p.11) nos fala que no Brasil tanto nas senzalas quanto nos quartos de empregada, a cor foi e é negra.

Cabe destacar que o Brasil foi o último país do Ocidente a abolir a escravidão, realizada apenas em 1888 (SCHWARCZ, 2018), e que o trabalho doméstico passou a constituir o principal meio de sobrevivência dos recém-libertos nos grandes centros urbanos, sendo que no início do século XX mais de 70% da população economicamente ativa ex-escrava estava inserida nesta atividade (PEREIRA, 2011). De acordo com Pinto (1994), a oportunidade de emprego fixo e remunerações baixas combinadas com outros

tipos de gêneros (abrigo, comida, entre outros), foram fatores que contribuíram para a extensão dessa atividade.

O fato é que o serviço doméstico continuou a ser um aspecto cultural importante da sociedade brasileira, alimentado pela existência de uma grande oferta de mão de obra barata, com um perfil predominante feminino e de baixa escolaridade, que muitas vezes encontrava nessa atividade a porta de entrada para o mercado de trabalho urbano (WENTZEL, 2018). Conforme dados da pesquisa "Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça", no ano de 2015, o emprego doméstico era uma ocupação majoritariamente feminina (91,7%), sendo a profissão de 14,3% das mulheres no Brasil, 65% dessas da raça negra. Além disso, nesse ano o emprego doméstico constituiu a ocupação de 18% das mulheres negras do país (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA et al., 2015).

De acordo com Silva (2004), a existência de empregadas domésticas no Brasil, mesmo nas residências de classe média, esteve por muito tempo associada à moradia delas na residência dos patrões. Atualmente houve uma redução de contratos para residir no local de trabalho[4], no entanto, o "quartinho" e o banheiro destinados a elas continuam reveladores do status delas (SILVA, 2010). A configuração de um apartamento médio brasileiro traduz as dimensões sociais dos problemas, sendo os quartos das empregadas, em geral, cubículos nos quais só há lugar para uma cama e muitas vezes desprovidos de janela (SOUZA, 1980).

Nogueira (2020) nos fala que cada indivíduo vale pelo lugar onde está e que seu valor como produtor, consumidor, cidadão dependerá de sua localização no espaço. Esses lugares ganham valores e, a partir deles, seus habitantes também serão valorados. Para a autora a raça é um dos fatores que influenciará sobre quais serão os lugares estigmatizados ou prestigiados, resultando numa relação dialética entre território e lugar social.

Brites (2000) levanta o questionamento sobre como crianças criadas numa relação de afeto com suas empregadas se tornam patroas adultas com um sentido tão forte de hierarquia, e explica como estas aprendem a distância social existente entre elas e as empregadas através de informações subliminares contidas nos dizeres dos seus pais e na disposição do espaço. Constituindo ambientes de segregação é nas dependências de

[4] Dados da pesquisa "Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça" realizada pelo IPEA revelaram que de 1995 a 2015 ocorreu uma redução de 89% na quantidade de empregadas domésticas que moram no local de trabalho (INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA et al., 2015).

empregada que o respeito alheio desaparece; como não se respeitam a individualidade das trabalhadoras, estes espaços podem conter vassouras, baldes e tudo que deve permanecer escondido para não desordenar a beleza e a organização da casa, sendo verdadeiros "espaços de despejo" (GOLDSTEIN, 2003, p. 80).

A hierarquia de poder expressa no modelo padrão de configuração dos espaços de serviço, principalmente em apartamentos, intensifica a sensação de inferioridade e subversão do empregado em relação aos empregadores. O espaço construído transmite a lógica de mundo daqueles que detém o poder nas esferas social e econômica, bem como da ordem capitalista, e que molda posturas, sem haver necessariamente uma verbalização, na medida em que são comunicados de forma simbólica e a todo tempo, que existem diferenças de poder entre os usuários da habitação. os espaços construídos incorporam códigos culturais importantes que transmitem distinção social e hierarquia, expressando mensagens de inclusão e exclusão e reforçando a natureza das relações de gênero, raça e classe na sociedade (HEYNEN, 2013).

Tendo em mente que a reflexão sobre a natureza dos ambientes de serviço o presente artigo investiga a conformação histórica das dependências de empregadas desde o seu surgimento nas residências unifamiliares até a os edifícios de apartamentos lançados no Brasil durante as primeiras décadas do século XX; além de analisar como estes espaços, presentes em apartamentos contemporâneos, podem comunicar mensagens subliminares de hierarquia de poder e exclusão, sobretudo, considerando as relações estabelecidas entre patroas/patrões e empregadas/empregados no Brasil.

MÉTODOS E TÉCNICAS

A pesquisa valeu-se de embasamento teórico com foco nas transformações das dependências de empregadas das residências urbanas do Brasil até o início do século XX, bem como sobre os aspectos culturais e sociais que marcaram este contexto de mudanças, o qual acredita-se possuir forte vínculo com a configuração atual dos alojamentos de empregadas encontrados nos apartamentos contemporâneos.

No intuito de identificar os significados sociais implícitos na materialização dos espaços de serviços dos apartamentos, foi realizada a análise das plantas baixas dos apartamentos dos edifícios Double e One, ambos lançados no ano de 2016 no bairro Ponta Verde, na cidade de Maceió, capital de Alagoas no nordeste do Brasil (figuras 1-2).

Maceió faz parte do conjunto de cidades brasileiras, onde a cultura de contratação de empregadas domésticas sempre foi bastante expressiva, estando também inserida em um contexto de grande desigualdade socioeconômica e de alto índice de êxodo rural (VILLAS BÔAS, 2015). Esse quadro possivelmente colaborou para que a residência da empregada doméstica dentro da moradia dos patrões se tornasse um hábito das famílias maceioenses de renda média e alta, presente não só nas residências unifamiliares, mas também nos edifícios de apartamentos lançados tardiamente a partir da década de 1960 (LIMA, 2019).

Figuras 1 e 2: Mapa do Brasil com destaque para o estado de Alagoas e recorte com destaque para a capital Maceió



Fonte: SITE BRASIL ESCOLA, adaptado pelos Autores, 2022.

A escolha dos edifícios analisados seguiu os seguintes critérios: edifícios cujos projetos tivessem sido lançados no mercado recentemente com características consideradas atuais; apartamentos com três quartos e quarto de empregada; edifícios situados em bairro majoritariamente verticalizado, nesse caso o bairro de Ponta Verde; edifícios com propostas voltadas a públicos de classe alta e média; e por fim, disponibilidade de acesso às suas plantas.

Os critérios de analisados foram: análise dos acessos aos apartamentos (elevadores, halls, entradas); comparativo das áreas dos dormitórios (família e quarto de empregada); formas de acesso ao quarto de empregada e sua disposição considerando questões de integração ou isolamento em relação aos demais cômodos dos apartamentos; dimensionamento, presença de aberturas externas para ventilação e insolação. Em síntese, identificar e analisar características espaciais que poderiam expressar ideias de superioridade/inferioridade nas relações entre patrões e empregados no ambiente doméstico dos edifícios de apartamentos.

O SURGIMENTO DAS DEPENDÊNCIAS DE EMPREGADA NO BRASIL

Partiremos da definição de quem eram as pessoas encarregadas de executar os serviços domésticos no Brasil. Segundo Lemos (1978) a índia foi a primeira escrava doméstica dos lares brasileiros, uma vez que grande parte da mão de obra negra trazida ao Brasil foi requisitada para atuar nos engenhos de açúcar e, depois na busca pelo ouro de Minas Gerais. Em algumas localidades, como São Paulo, a inserção do negro para manutenção tanto das Casas-grandes das fazendas como das moradias urbanas se consolidou apenas na vigência do ciclo do café (LEMOS, 1978).

Seja por meio da força de trabalho indígena ou africana, o fato é que a prestação do serviço doméstico sempre esteve associada predominantemente à figura feminina e constituiu uma das principais modalidades de utilização do trabalho escravizado. Segundo Carvalho (2003), a questão do trabalho doméstico, além de inerente à própria noção de escravidão, teria sido associada à subordinação feminina.

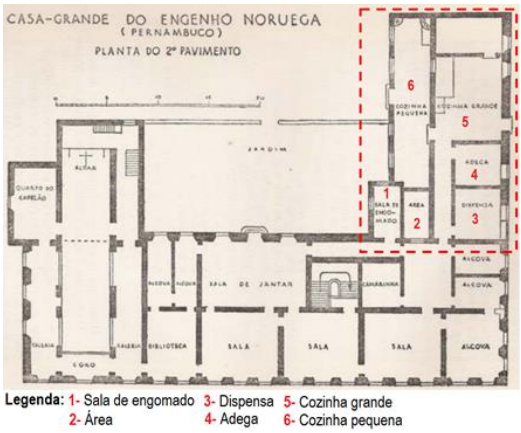
Algranti (2012) aponta o papel fundamental dos africanos escravizados na Colônia e no Império, pois eram a força de trabalho do período e sua existência influenciou a conformação do universo trabalhista remunerado e marcou profundamente a sociedade brasileira na esfera doméstica, nas relações sociais e pessoais. De acordo com Samara (1987), a família brasileira seria o resultado da mudança e adaptação das normas, costumes e tradições da família portuguesa ao nosso território colonial, fato que explicaria o estabelecimento de um modelo familiar marcado por características patriarcais e tendências conservadoras. Entretanto, em termos de arquitetura, a Casa-grande não consistiu em uma reprodução das casas portuguesas, mas sim uma expressão nova, condizente com o nosso ambiente físico e com a atividade agrária e escravocrata.

O interior da residência era marcado pelo isolamento da zona íntima totalmente vedada às visitas, tendo como propósito o "zelo" das figuras femininas, que viviam em um sistema de reclusão (LEMOS, 1993). A zona de serviço era marcada pela existência de uma "cozinha suja", contigua à estrutura principal da casa e voltada para as atividades mais pesadas, sendo o seu espaço subdividido em setores de limpeza, abate e preparo; e uma "cozinha limpa", contigua à zona de estar (Figura 3). Junto ao acesso da "cozinha suja", havia o quintal utilizado para lavagem e secagem de roupas, plantação de hortas e

criação de animais (Figura 4). A configuração espacial refletia a divisão dos espaços entre senhores e escravizados (ALGRANTI, 2012).

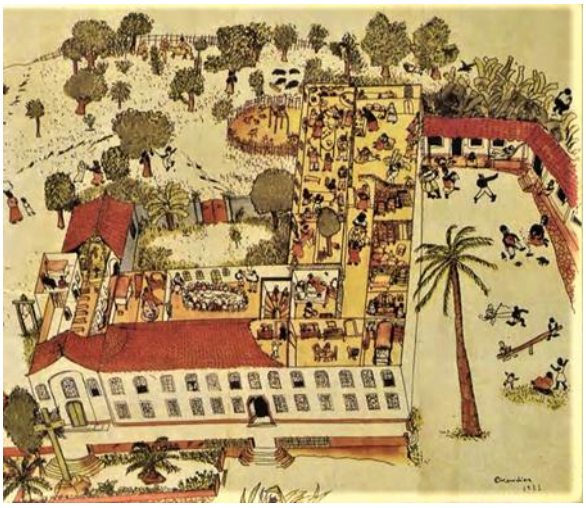
Os escravizados eram divididos entre aqueles que serviam "portas a dentro" e aqueles que serviam "portas a fora". Aos escravizados domésticos de "portas a dentro", na maioria mulheres, eram distribuídas as funções de mucama, copeira, arrumadeira, cozinheira, ama de leite, ama seca ou de criação, engomadeira e costureira. Aos escravizados "portas a fora" eram atribuídas a lavagem de roupas, o carregamento de água, a realização das compras, o transporte de dejetos, a função de cocheiro, entre outras atividades. Embora os homens também pudessem ser alocados no serviço doméstico interno como criados, pajens, faxineiros, copeiros e cozinheiros, estes, na maioria das vezes, ficavam encarregados dos serviços no entorno da casa, tais como jardineiros, "cuidadores" de hortaliças, frutas e animais e das demais atividades "portas a fora" citadas acima (SOARES, 2007; ALBUQUERQUE; FRAGA, 2006).

Figura 3: Planta baixa do 2º pavimento da Casa grande do Engenho Noruega em Pernambuco



Fonte: ZORRAQUINO, 2006, adaptado pelos Autores, 2022.

Figura 4: Casa grande do Engenho Noruega, ilustração de Cicero Dias, 1933



Fonte: FREYRE, 2005, s/p.

Freyre (2005) aponta a existência de condições diferenciadas entre os escravizados, de maneira que os "de dentro de casa" apresentavam uma condição privilegiada se comparada à condição dos demais, podendo ocupar alojamentos com maior conforto, contendo redes, esteiras e algumas peças de mobiliário. Os demais escravizados habitavam a senzala, situada ao lado da cozinha ou em edificação separada, sempre térrea e constituída por paredes de pau a pique, piso de terra batida, com dimensões reduzidas e sem mobiliário (VAUTIER, 1981). Segundo Albuquerque e Fraga (2006, p.78), o próprio termo senzala significaria "residência de serviçais em propriedade agrícola ou morada separada da casa principal".

A especialização dos criados e a divisão do trabalho doméstico, eram características presentes nas famílias mais abastadas, detentoras de uma maior quantidade de cativos. Nas famílias de renda média e nas mais pobres, que compunham a maioria da população, predominavam "cozinheiras" e criadas encarregadas de todas as tarefas internas e externas da casa e muitas vezes, também de atividades "de ganho" na rua (SOARES, 2007; TELLES, 2011).

É através do contato diário entre a família e os escravizados domésticos na Casa-grande e nos seus arredores, que começam a serem constituídas as primeiras relações ambíguas de intimidade/distanciamento entre tais personagens, uma vez que além de cuidar das obrigações domésticas, os escravizados também acompanhavam as senhoras em passeios esporádicos, participando da sua privacidade, e transformando o espaço doméstico em um palco onde se alternavam inclinações emotivas e práticas paternalistas com ações de imposição, posições de hierarquia e perversidade.(SANTOS, 2010).

Em relação às residências urbanas do início do século XIX, estas consistiam em simples residências térreas, que buscavam reproduzir de forma reduzida a configuração dos exemplares rurais; e habitações do tipo sobrado. Na habitação térrea, os escravizados ocupavam senzalas reduzidas, construções precárias de pau-a-pique ou de palha trançada, dispostas nos quintais e contíguas à cozinha e demais dependências satélites, que serviam de depósitos, despensas, galinheiro, instalações sanitárias (as "casinhas") e outras atividades ligadas às funções mais orgânicas e ao serviço cotidiano das necessidades da família. Estes quintais constituíam espaços a serem escondidos dos olhares da rua e visitantes, sendo normalmente circundados por muros baixos que demarcavam o espaço doméstico (SILVA, 2004; ALGRANTI, 2012).

Havia também os casos de residências menores que não contavam com uma senzala ou galpão, sendo os cativos levados a dormir em esteiras dispostas em qualquer lugar, inclusive na cozinha, próximas ao fogão, um costume que se fez bastante presente nas casas que dispunham de um ou dois escravizados para execução de todos os serviços (ALGRANTI, 2012).

No interior dos sobrados, os alojamentos de escravizados homens, bem como de empregados livres, localizavam-se no pavimento térreo ou ao rés-do-chão, devido a sua maior proximidade à rua e por este ser de "chão batido", características que tornavam esta área a mais desvalorizada da residência. Nos casos em que a parte da frente do térreo era ocupada por um comércio, os alojamentos da criadagem ficavam nos fundos da construção. O acesso de cativos ou empregados aos demais pavimentos ocorria por meio de pequenas escadas situadas em pontos discretos e segregados em relação aos territórios dos patrões (REIS FILHO, 2000; BITTAR E VERISSIMO, 1999).

No andar seguinte eram alocados a sala e os quartos; e no sótão disposta uma área íntima configurada pela sala de jantar ou varanda e o setor de serviço da residência, constituído por copa, cozinha, depósito e o quarto de engomar, que também servia de aposento das escravas do serviço doméstico. A acomodação das escravas neste último pavimento tinha como intenção deixá-las mais distanciadas da rua (ALGRANTI, 2012; LEMOS, 1978). Nos casos de sobrados destituídos de sótão, os ambientes de serviço acima mencionados eram dispostos nos fundos do primeiro andar, ou seja, atrás das salas e quartos, obedecendo a hierarquia de valorização frente/fundos (VILLA, 2002) (figuras 5-6).

Embora arquitetonicamente segregados, no desenrolar do dia, a família escravizadora e os escravizados muitas vezes se misturavam, compartilhando, até certo ponto, os mesmos espaços, no sobe-e-desce das escadas, na entrada e saída da construção e durante a execução das atividades domésticas (SILVA, 2004). Por outro lado, Morais (2017) salienta que a distribuição dos cômodos ao longo dos pavimentos do sobrado, estabelecia áreas de domínio, hierarquia e uma série de dualidades sociais empregadas no espaço, em relação a dimensão público e privado, ambientes de usos de senhores/escravizados/hóspedes, ou usos com base no gênero masculino-feminino, espaço de sentido longitudinal (frente-fundos) e vertical (térreo/sótão).

Figura 5: Planta baixa de sobrado em Olinda, PE.



Fonte: TRIGUEIRO, 2012, p.203.

Figura 6: Plantas baixa e fachada de Sobrado urbano.



Fonte: REIS FILHO, 2000, p.29, adaptado pelos Autores, 2022.

Na segunda metade do século XIX, já era possível encontrar, em algumas residências de famílias ricas, quartos de criadas projetados dentro de casa, com comunicação interna, como se estas fossem agregadas à família, porém tal solução estaria relacionada à contratação de criadas estrangeiras brancas para atuar como preceptoras das crianças e como governantas, sendo os demais trabalhadores domésticos, responsáveis por executar toda ordem de serviço interno, acomodados nos porões, nas mansardas ou em espaços ao lado da cozinha. Nas casas de famílias de renda média, as empregadas assalariadas eram, em geral, alojadas nos porões habitáveis (SCHETTINO; LEMOS, 2014).

Telles (2011) discorre sobre como o trabalho doméstico prestado por mulheres brasileiras livres e pobres coexistiu com a prestação desse serviço pelos escravizados, sendo estes serviços ofertados nos mesmos jornais de anúncios de aluguel durante o século XIX, e como parte dessa categoria de trabalhadores livres também residia nas casas dos patrões, muitas vezes nas mesmas condições de acomodação dos escravizados. Por outro lado, Silva (2004) discorre sobre o poder de associação da cor da pele à noção de servidão, na medida em que, muitos senhores e senhoras embora preferissem criadas brancas, acreditavam que essa escolha seria arriscada, visto que os retiraria da posição de autoridade e poder a que estavam acostumados. Com isso, escolhiam contratar escravas libertas, porque acreditavam que assim poderiam manter o domínio sobre as

trabalhadoras, já que relacionavam a cor negra à possibilidade de manutenção de seu poder de mando.

Dentro desta lógica, é possível que, para as mulheres brancas, as ligações estabelecidas entre estas e seus patrões não fossem as mesmas existentes entre as negras e seus senhores, já que as primeiras não apresentariam a "cor da servidão". No entanto, é possível afirmar que tanto escravizados quanto trabalhadores domésticos livres, eram, em geral, envolvidos na complexa relação paternalista que apresentava como estratégias de subordinação, a transformação desses em figuras dependentes dos seus amos (SOUZA, 2010).

Teria sido a partir da abolição da escravatura, assinada em 1888, e da Proclamação da República, ocorrida em 1889, que ocorreram, de fato, mudanças expressivas na configuração espacial das moradias, cujo funcionamento e programa, na ausência do escravizado, teve de ser alterado. O fim do regime de servidão ensejou a redefinição de um circuito social/público em relação a um outro considerado de serviço dentro da habitação; moradias construídas em lotes menores e com ambientes internos mais compactos; além de mudanças nos alojamentos de serviço, uma vez que, a mão-de-obra assalariada, composta também por estrangeiras brancas, morando no local de trabalho, passou a exigir acomodações mais adequadas, o que promoveu o estabelecimento definitivo do quarto e banheiro de empregada (BITTAR; VERÍSSIMO, 1999; SILVA, 2004). Santos (2010) discorre sobre como a maior inserção de mulheres brancas estrangeiras no mercado de trabalho doméstico estava relacionada à implementação da política eugênica de "embranquecimento" da população brasileira.

Lemos (1978) também afirma que foi no pós-abolição que despontou o quarto de criada, ambiente que teria sido aperfeiçoado dos antigos alojamentos precários oferecidos durante a escravidão (porões abafados ou despensas ao lado do fogão), e que nesta última década do século XIX, teria sido, na maior parte das residências de famílias de renda média, inserido dentro de casa e ao lado da cozinha. De acordo com Graham (1991), raramente um quarto de empregada correspondia ao estilo decorado determinado para os alojamentos ideais, sendo frequentemente ambientes improvisados, cujas condições de habitabilidade estavam abaixo dos limites de saúde e limpeza admissíveis. Mesmo as casas de famílias abastadas, geralmente, possuíam apenas um único aposento para seus empregados, e, talvez, uma latrina comum.

Vale ressaltar que o novo cenário do trabalho doméstico não atingiu a população das cidades de forma unânime, de maneira que muitas famílias menos abastadas mantiveram a mão-de-obra negra, acomodada no quintal das velhas moradas, ao lado das galinhas e cachorros, ou nos porões semi-habitáveis e que apesar da assinatura da lei áurea, o escravismo criminoso continuo acontecendo em muitos locais. Para outras famílias, a manutenção de empregados fixos tornava-se inviável, sendo o trabalho doméstico agora realizado pela dona de casa, que por vezes pagava às negras recém libertas para lavar e passar a roupa (LEMOS, 1978).

Graham (1991) destaca como muitos patrões se sentiam desafiados quando suas empregadas domésticas reivindicavam o direito de "dormir fora"; encarando este tipo de acordo como um abrandamento de sua autoridade sobre elas. O "dormir fora" poderia significar trabalhar, chegando de manhã e saindo à noite, ou apenas ter o direito a uma noite por semana distante dos patrões, "dormir fora aos domingos". As empregadas que moravam nas casas de seus patrões vivenciavam as profundas tensões que caracterizavam a relação senhor/criada, marcada pela desconfiança e até mesmo desprezo dos seus patrões. Quando as empregadas viviam em sua própria casa ou trabalhavam para uma família apenas de forma esporádica, a relação com seus patrões se constituía, possivelmente, de maneira distinta, uma vez que a família não poderia exigir delas a mesma devoção, nem as empregadas contar com os mesmos favores que uma convivência mais próxima poderia possibilitar (GRAHAM, 1991).

Este período foi marcado também pelo surgimento dos palacetes, residências voltadas às famílias abastadas e difundidas em algumas capitais brasileiras, principalmente São Paulo. Influenciados pelo "morar à francesa", os palacetes apresentam plantas baixas marcadas por cômodos especializados distribuídos nas zonas estar, repouso e serviços. A utilização do vestíbulo permitia a separação da circulação dos empregados, dos patrões e das visitas (MARINS, 1998). De acordo com Schettino e Lemos (2014), a adoção destes espaços de distribuição e circulação teria intensificado a hierarquia de classe e gênero e criado barreiras reais e simbólicas que reforçaram limites sociais e controle de acessos.

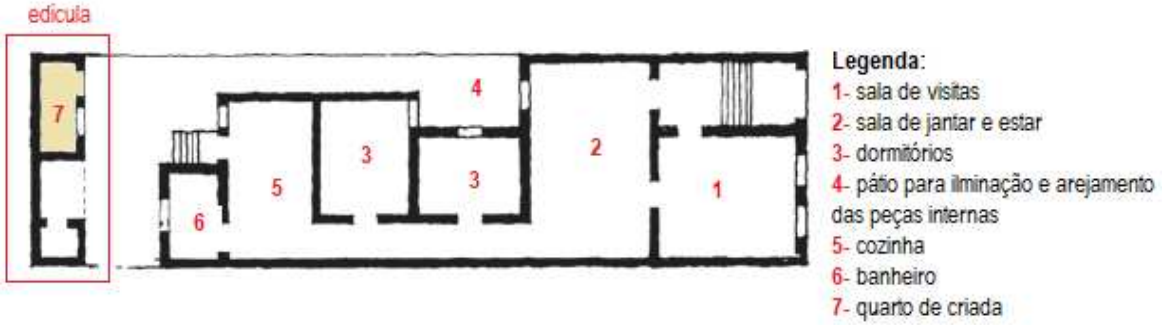
Para Aragão (2017), embora a setorização da planta baixa do palacete apresentasse um nível maior de complexidade, este modelo de habitação apresentava resquícios da segregação interna do sobrado, marcado por áreas de domínio do homem, espaços considerados femininos e áreas ocupadas predominantemente pelos serviçais. De acordo

com Lemos (1989), esse planejamento tripartido elitista e avesso a circulações superpostas prosperou nos hábitos da alta sociedade e gradativamente passou a influenciar grande parte das residências de classe média.

No que tange ao dormitório dos empregados, sua localização variava conforme a casa, sendo, no entanto, quase sempre isolados das zonas de uso e permanência da família empregadora. Em alguns exemplares, este alojamento era disposto em edículas (figura 7), construção separada da casa principal e situada juntamente com tanques, poços e hortas, nos fundos do terreno; opção que relembrava as antigas senzalas e os telheiros dos quintais (SCHETTINO; LEMOS, 2014).

> A edícula na casa burguesa veio fixar um ponto de vista firmado e esclarecer uma situação algo confusa e indefinida desde a abolição: a empregada assalariada, a ex-escrava, por conveniência das duas partes, ganhara acomodações decentes, quarto e banheiro. Apartamento fora, com acesso livre para a rua (LEMOS, 1978, p.142.).

Figura 7: Planta de residência de classe média do século XIX com edícula nos fundos



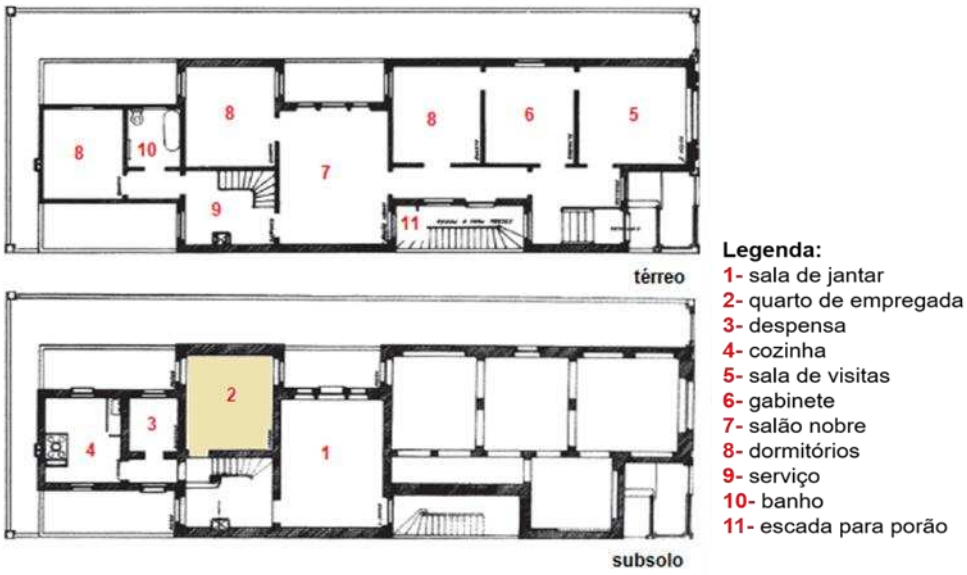
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 67, adaptado pelos Autores, 2022.

Em outras casas os quartos de criadas eram dispostos ao lado da cozinha (já situada dentro do corpo da casa, e não mais em anexo externo[5]) e próximos à porta de saída para o quintal, opção que segundo Lemos (1996) teria sido inicialmente a mais utilizada pela burguesia paulistana, que preferia manter suas empregadas dentro de casa do que as alojar nas edículas. Por fim, os quartos de empregados poderiam ser encontrados no porão com pé direito alto (figura 8), elemento que continuava existindo como recurso contra a umidade e, que podia abrigar também despensas, adegas, depósitos, sala de passar e engomar, lavanderia e, até mesmo a cozinha. As governantas

[5] A incorporação da cozinha ao corpo das residências, teria sido influenciada pela substituição dos fogões à lenha por fogões a carvão, os quais já não mais sujavam paredes e telhas (LEMOS, 1999).

e preceptoras das crianças permaneceram alojadas em aposentos situados junto à zona de repouso familiar ou quartos alocados no sótão ou mansarda (SCHETTINO; LEMOS, 2014; REIS FILHO, 2000).

Figura 8: Planta baixa de residência do início do século XX



Fonte: REIS FILHO, 2000, p.75, adaptado pelos Autores, 2022.

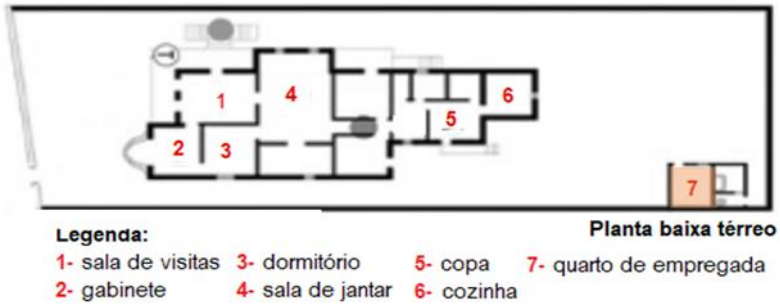
Para Reis Filho (2000), foi com o desaparecimento dos porões habitáveis que o uso de edículas ganhou força nas residências. Com a transferência dos quartos de serviço para os fundos dos terrenos (solução que os mantinham longe das vistas dos passantes), as residências passaram a adotar porões discretos com galerias para arejamento, que posteriormente seriam totalmente abolidos. Com isso, os palacetes adentram o século XX com um programa de necessidades mais reduzido, passando a ocupar seus quintais com garagens (em substituição às cavalariças) construídas em puxados junto aos alojamentos dos empregados, depósitos e lavanderias nos fundos do terreno (BITTAR; VERISSIMO, 1999, LEMOS, 1978).

Na década de 1920, o termo edícula entrou para o linguajar cotidiano da sociedade brasileira, se fazendo presente não só nos quintais de famílias abastadas como também na moradia da classe média; e sofrendo variações com relação às suas dimensões, materiais de construção e instalações (TRIGUEIRO; CUNHA, 2015). Embora a localização dos fundos continuasse desvalorizada pelos donos da residência, a existência da edícula ressaltava o status social e a boa condição financeira da família. Desse modo, a edícula se estabelecia como elemento de valorização da casa brasileira, mesmo das modestas, e

por isso bastante reproduzida nas grandes cidades até o período da Segunda Guerra Mundial (LEMOS, 1978).

Souza (1991) discorre sobre como este modelo de quarto situado no quintal (figura 9), e isolado do restante da habitação, se por um lado oferece a possibilidade de deslocamento por fora da casa, o que promove maior privacidade tanto para a família (que não seria incomodada pela empregada que sai à noite) quanto pela empregada (dotada de maior independência para entrar e sair da habitação sem ser notada); por outro lado, promove o isolamento socioespacial da empregada doméstica em relação à família empregadora, podendo intensificar sentimentos de desamparo e de solidão.

Figura 9: Planta baixa de residência construída na década de 1920 em Recife/PE, com destaque para a edícula usada para acomodação dos empregados.



Fonte: TRIGUEIRO; CUNHA, 2015, p.127, adaptado pelos Autores, 2022.

Assim, ao longo da história da arquitetura brasileira, a dependência de empregada foi bastante utilizada nos programas de necessidades das residências unifamiliares das camadas de renda média e alta da sociedade, nas quais passou por mudanças de localização — situada no porão, junto à cozinha, no sótão ou segregada da edificação principal sob a forma de edícula — porém quase sempre vinculada à zona de serviços.

Estes ambientes também assumiram forte presença nos edifícios de apartamentos, modalidade habitacional lançada no país durante a década de 1910 (VILLA, 2002). Conforme Lima (2019), os dormitórios de empregadas teriam até o final da década de 1940 assumido 4 diferentes configurações: no interior dos apartamentos, próxima a cozinha e à área de serviço; construída no formato de alojamento e ocupando parte ou a área total dos últimos pavimentos do edifício; ocupando parte da área comum do pavimento tipo; e dispostas em construções nos fundos do lote, muitas vezes no primeiro andar das garagens, semelhantes às edículas das residências unifamiliares. Nas décadas seguintes, estes ambientes passaram a ser majoritariamente encontrados dentro do setor

de serviço dos apartamentos e acessados pela área de serviço, sendo raros os empreendimentos que fugiram a esta regra.

O desaparecimento do caráter coletivo e da localização externa dos alojamentos de empregados domésticos em edifícios de apartamentos estaria, em parte, relacionado ao lançamento de edifícios direcionados à população de renda média, já acostumada à presença da empregada ocupando o "quartinho" situado próximo à cozinha das residências unifamiliares (BITTAR; VERÍSSIMO, 1999). No caso do pavimento de cobertura, a valorização da vista do alto associada à disseminação do uso do elevador foram fatores que tornaram mais interessante a ocupação desse pavimento por apartamentos, em geral, maiores e mais caros, ou mesmo sua ocupação por espaços de lazer para os moradores. Para Brandão (2018), a disposição do quarto de empregada em um pavimento distinto do apartamento de seus patrões, levava à necessidade logística de estabelecimento de uma jornada de trabalho mais bem definida, o que dificultava uma maior exploração dessa mão-de-obra — condição que poderia ter motivado o descarte gradativo dessa organização de planta.

Com essa mudança, os espaços dos empregados dentro dos apartamentos passaram a ser demarcados com maior rigidez, promovendo um zoneamento interno que acentuou a diferenciação entre áreas íntimas e de serviço e entre seus respectivos usuários, e que passou a ser considerada uma característica marcantemente nacional (MARINS, 1998). Nesse período, a presença de halls de entrada com portarias e elevadores diferenciados pelo uso social e de serviço começou a se tornar uma característica constante nos edifícios (VILLA, 2002).

> A permanência e a circulação mereceram a criação de caminhos e espaços diferenciados, sedimentando para os setores médios uma distinção em que se sente o bafejar dos tempos da escravidão (MARINS, 1998, p.192).

Desse modo, a particularidade da dependência de empregada como elemento de identidade das residências brasileiras ocorre não só no nível de sua organização física, mas também nos significados e subjetividades que essa ordem espacial revela e reproduz em relação à ordem social estabelecida (SILVA, 2004). Morais (2017) salienta que, mesmo quando existe a consideração da empregada doméstica como sendo "praticamente da família" em razão dos anos de serviço prestados, muitas vezes por gerações, o que abrange comportamentos afetivos, ainda assim, o discurso não a livra da acomodação em

ambientes de qualidade espacial inferior aos demais da residência. Os laços e dependências afetivas recíprocas entre a trabalhadora e a família são diluídos na distância física e simbólica que separa o quartinho de empregada dos espaços de uso da família na habitação.

Assim, a esfera espacial intensifica o papel de "mediadora entre dois mundos" da empregada na medida em que estas "partilham" o cotidiano nos ambientes planejados e confortáveis da família contratante (ainda que apenas para limpar e organizar), mas tem como alojamento ou ambiente de descanso "quartinhos de cidadãs de segunda classe".

A DESIGUALDADE NAS DEPENDENCIAS DE EMPREGADA DE APARTAMENTOS NA CONTEMPORANEIDADE

Os dois edifícios cujas unidades de apartamentos foram analisadas tratam-se do edifício Double, com metragem quadrada de 165 m² e compatível com o padrão construtivo ofertado à população de alta renda (o edifício conta com dois apartamentos por andar, compostos por três suítes e pé direito duplo); e do edifício One, com metragem de 117 m² e padrão construtivo direcionado às famílias de renda média (o edifício conta com cinco apartamentos por andar, compostos por uma suíte casal e outra do tipo reversível). Ambas as unidades contam com programa caracterizado pela tipologia de três quartos e a presença do quarto de empregada.

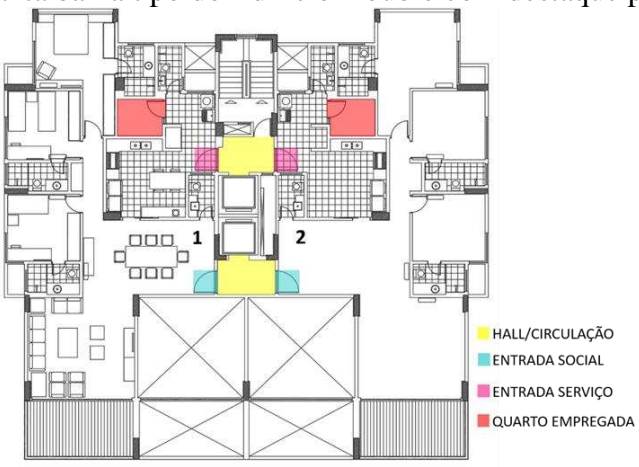
O primeiro aspecto em que foi observada a materialização da desigualdade social entre empregados e patrões nos edifícios analisados foi à existência de acessos diferenciados às unidades de apartamentos. O sistema de dupla circulação, social de serviço, inaugurado nos edifícios brasileiros durante da década de 1930 (VAZ, 2002) para satisfazer aos anseios da sociedade, que aprovava e aderia amplamente a separação social (nela incluindo uma conduta racista) fez com que os empreendedores imobiliários alimentassem essa solução (CHACON, 2004). Trata-se de uma tentativa de comunicar para o empregado doméstico (mensalista, faxineira ou babá) e demais prestadores de serviço pertencentes às camadas de baixa renda que estes não devem se misturar com os moradores dos edifícios utilizando o mesmo percurso que estes, situação que não se aplica por exemplo a um profissional cuja função seja socialmente valorizada, como por exemplo um arquiteto ou designer.

No edifício Double, observou-se a existência de dois halls de circulação independentes (figura 10), o que revela uma segregação ainda maior dos percursos de acesso ao apartamento, enquanto no edifício One, a disposição dos elevadores lado a lado e com acesso para um único corredor ainda permite o encontro de diferentes usuários nos pavimentos (figura 11). Importante lembrar que a existência de uma circulação única nos edifícios está, possivelmente, relacionada a intenção da construtora de alcançar uma maior racionalização das áreas comuns, e consequentemente, obter uma maior economia dos recursos utilizados na construção.

Outro ponto observado foi que as portas de entrada do edifício One apresentam larguras distintas, sendo a entrada de serviço mais estreita que social (75 cm e 85 cm, respectivamente), situação que ganha maior ênfase ao se considerar que as entradas dos apartamentos desse edifício se encontram lado a lado, portanto, mais facilmente comparadas. A entrada de serviço, ainda que não impeça eventuais cruzamentos entre familiares e seus prestadores de serviço (como no caso do edifício One), permanece como uma necessidade social ainda replicada pelas construtoras.

Em relação às dimensões específicas dos ambientes, em ambos os projetos, observou-se uma diferença muito grande entre os valores das áreas dos quartos presentes no setor íntimo e o valor da área do quarto de empregada (quadro 1 e figuras 12-13). Tal diferença de dimensões se mostrou ainda maior no apartamento do edifício Double (exemplar de padrão construtivo alto), cuja dependência de empregada não apresentou nem 4 m², quase um terço da dimensão do menor quarto familiar.

Figura 10: Planta baixa tipo do Edifício Double com destaque para os acessos



Fonte: SITE V2 CONSTRUÇÕES, adaptado pelos Autores, 2022.

Quadro 1: Áreas dos quartos dos edifícios Double e One

Edifício Double		**Edifício One**	
Quarto de empregada	3,68 m²	Quarto de empregada	4,0 m²
Suíte 1	10,9 m²	Quarto	10,1 m²
Suíte 2	13,4 m²	Suíte reversível	9,9 m²
Suíte master	16,8 m²	Suíte master	15,9 m²

Fonte: AUTORES, 2022.

Figuras 12 e 13: Plantas baixas de unidades dos edifícios Double (à esquerda) e One (à direita), com demarcação dos quartos e banheiros



Fonte: V2 CONSTRUÇÕES, adaptado pelos Autores, 2022.

As dimensões extremamente exíguas dos quartos de empregada de ambas as unidades, os quais mal comportam uma cama, reforçam mais uma vez o desprestígio desta possível usuária. Mesmo nos casos em que a empregada não dorme no trabalho, a inexistência de um espaço que apresente o mínimo de conforto para o descanso nos seus intervalos de trabalho, pode comunicar de forma subliminar que esta não tem direito ao descanso. De acordo com Brites (2000), é bastante comum nas famílias brasileiras que a empregada não possa usufruir do conforto dos espaços presentes nos setores sociais e íntimos da residência, sendo sua presença nestes limitada à execução das atividades de limpeza e organização. São os limites invisíveis, construídos através do convívio entre patrões e empregadas e enraizados ao longo da história. A empregada logo aprende que

deve respeitar o espaço privado do patrão, mantendo uma distância física (ROLLINS, 1990, p.73).

A diferença de dimensões também foi verificada no comparativo das áreas dos banheiros sociais e suítes com a área do banheiro de serviço em ambos os edifícios (quadro 2). Um aspecto que chamou a atenção foi o fato do banheiro de serviço do apartamento do edifício Double apresentar uma área menor que a encontrada no lavabo da zona social.

Quadro 2: Áreas dos banheiros e lavabo dos edifícios Double e One

Edifício Double		**Edifício One**	
Banheiro de serviço	2,35 m²	WCB de empregada	2,13 m²
Banheiro da Suíte 1	3,43 m²	Banheiro reversível	3,25 m²
Banheiro Suíte 2	3,56 m²	Banheiro Suíte master	3,75 m²
Banheiro Suíte master	3,86 m²		
Lavabo	2,40 m²		

Fonte: Autores, 2021.

O Código de Edificações da cidade de Maceió revisado em 2007 retirou a recomendação que estabelecia como áreas mínimas para a dependência de empregada e banheiro de serviço, respectivamente, os valores de 6,0m² e 2,0m², antes previstos nos Código de Edificações de 1985. A falta de legislações que determinem valores mínimos de área para a construção desses ambientes em edifícios de diversas cidades brasileiras, tem permitido que o mercado imobiliário produza ambientes cada vez mais exíguos que afrontam a dignidade humana.

Sobre o trajeto de acesso às dependências de empregados, observa-se que nos apartamentos de ambos os edifícios é necessário que a funcionária atravesse a área de serviço para que consiga adentrar tanto o quarto quanto o banheiro de serviço. Estes ambientes encontram-se assim dispostos nos fundos do setor de serviço e com uma única forma de acesso. Tal disposição comunica mais uma vez a baixa posição social da empregada, uma vez que remete à disposição das senzalas ocupadas pelos escravizados, também abertas para área de serviço colonial, o terraço do tanque de lavagens.

Considerando a planta como um todo, pode-se dizer que no edifício Double, o quarto e o banheiro de serviço foram posicionados mais ao fundo da habitação, enquanto no edifício One, o quarto de empregada apresenta posição mais central, sendo suas paredes também ligadas à sala de jantar e ao corredor íntimo, o que possibilitaria a criação

de acessos para as demais zonas. No entanto, acredita-se que a realização de qualquer uma destas reformas, implicaria na mudança da função deste ambiente, uma vez que, geralmente, as famílias brasileiras procuram manter a empregada segregada do seu convívio, afastada da sua intimidade (BRITES, 2000). Segundo Trigueiro e Cunha (2015), todos os cômodos principais da casa brasileira foram rearranjados em sua posição relativa dentro da estrutura espacial doméstica, tornando-se mais ou menos acessíveis ao longo do tempo, com exceção das dependências ocupadas por empregadas, as quais conservaram séculos de segregação espacial praticamente inalterada. "No subconsciente, a criada ainda é a escrava de presença desagradável" (LEMOS, 1999, p. 160).

Verificou-se também que nas duas propostas de planta, os quartos de empregada encontram-se separados dos banheiros de serviço. Tal configuração reduz a privacidade da empregada, sobretudo no edifício One, onde tais ambientes encontram-se muito próximos à estreita cozinha, ambiente, possivelmente, também frequentado pelos membros da família empregadora.

Por outro lado, pode-se dizer que a existência do banheiro de serviço no programa da habitação transmite a mensagem subliminar de que a empregada doméstica não deve usar o banheiro social da família empregadora. Esta mensagem explicitada pela arquitetura estaria supostamente associada à carga de preconceito a qual essa profissional sempre foi submetida desde o período colonial. Santos (2010) fala sobre a propagação no século XIX do medo social das senhoras brancas das classes dominantes de contágio da família pelas empregadas domésticas negras, consideradas desleixadas, sujas, e, portanto, fontes de contaminação. Isto está relacionado às políticas eugênicas e higienistas, deste período, que pregavam a inferiorização da raça negra em relação à branca e a higiene como atributo de povos brancos evoluídos. Kilomba (2020) e Fanon (2020) nos falam sobre as fantasias alienantes criadas pela branquitude e o medo do contágio racial como uma memória colonial, pois, "no inconsciente branco, a negritude é fantasiada como uma doença, uma maldição corpórea, com a qual o sujeito branco tem medo de ser contaminado" (KILOMBA, 2020, p.125).

Em ambos os casos, os quartos de empregadas apresentam uma janela bastante estreita (0,33 x 1,10 m no edifício One e 0,40 x 1,10 m no edifício Double) que se abre para a área de serviço, ambiente este composto por uma única janela que se abre para um shaft, revelando um profundo descaso com as condições de conforto térmico e lumínico. Com isso a empregada fica submetida não só à vivência nos espaços mais quentes e

escuros da habitação, mas também a uma espécie de enclausuramento, uma vez que tais ambientes não permitem a vista para o meio externo. Mais uma vez a "Senzala" se faz presente, comunicando de forma clara a inferioridade social da empregada doméstica em relação aos seus patrões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o entendimento das transformações ocorridas nos alojamentos de serviço da Casa-grande e Sobrados do período Colonial e Republicano, sobretudo, após a abolição da escravatura, acompanhado da compreensão das características que marcaram a realização do serviço doméstico e costumes que contextualizaram estes períodos; pôde-se obter a base teórica necessária para a realização de uma análise das plantas dos apartamentos contemporâneos, buscando identificar a existência de elementos que influenciam nas relações de poder, e que permanecem ocultos nas suas organizações espaciais, devido a uma naturalização de certas posturas e costumes na sociedade.

Assim, foi possível perceber como certas características de projeto associadas às formas de acesso aos apartamentos, ao posicionamento das dependências de empregada (quarto e banheiro) dentro do apartamento, seus dimensionamentos, a inexistência de aberturas para o meio externo, sua separação em relação aos demais ambientes do setor íntimo e social, entre outros aspectos, revelaram uma série de significados simbólicos que podem ser relacionados à lógica do pensamento escravocrata do período colonial. Os atributos de desvalorização presentes nos alojamentos de serviço domésticos reproduzem ambientes de exclusão que demarcam o lugar inferior do trabalhador doméstico. "A dependência de empregada, embora pareça "natural", seria historicamente determinada, surgindo e sofrendo transformações no bojo de diferentes relações sociais e de poder que lhe dão formato e sentido" (SOUZA, 1991, p.7).

Percebe-se como o sistema de escravidão afetou profundamente a formação da sociedade brasileira em todos os seus aspectos econômicos, culturais e de organização familiar. A abolição deste sistema de mão de obra, não foi capaz de eliminar uma série de posturas, costumes e visões fundamentados na existência de uma sociedade extremamente desigual e hierárquica, e essa lógica do grupo dominante da "Casa-grande" e dos subordinados da "Senzala" continua a ser transmitida e materializada ao longo dos

séculos, através da configuração de alguns elementos e espaços da habitação, sendo o mais significativo o "quartinho de empregada".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. p. 83 – 154. In: NOVAIS, Fernando Antônio; SOUZA, Laura de Mello. História da Vida Privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: *Schwarcz ltda. ed.* 12. 2012.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de; FRAGA FILHO, Walter. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília*: Fundação Cultural Palmares*, 2006.

ARAGÃO, Solange de. Ensaio sobre a casa brasileira do século XIX. São Paulo: Blucher, 2017.
BITTAR, William Seba Mallmann; VERÍSSIMO, Francisco Salvador. 500 anos da casa no Brasil. As transformações da arquitetura e da utilização do espaço da moradia. 2 ed. Rio de Janeiro. *Ediouro*. 1999.

BRITES, Jurema. Afeto, desigualdade e rebeldia – bastidores do serviço doméstico. Tese de doutorado, Programa de pós-graduação em antropologia social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 239f. 2000.

CARVALHO, Marcus J. M. de. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no recife, 1822-1850. *Afro-Ásia*, n. 29-30, p.41-78. 2003.

CHACON, Sonia. Um estudo tipológico das transformações das edificações multifamiliares no Rio de Janeiro, entre 1930 e 2000: O caso do bairro de Botafogo. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2004.

FANON, Franz. Pele negra, máscaras brancas. São Paulo: *Ubu Editora.* 2020.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. São Paulo: *Global*, 2005.

GOLDSTEIN, Donna. The Aesthtics of Domination: Class, Culture, and the Lives of Domestic Workers. In: Laughter out of place: Race, Class and Sexuality in a Rio Shanytown. Berkeley, *University of California Press*, 2003.

GUERRAND. Roger-Henri. Espaços privados. In: PERROT, Michelle et al. História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: *Companhia de Bolso*, 1º ed., 2009.

HEYNEN, Hide. Space as receptor, instrument or stage: Notes on the interaction between spatial and social constellations. International Planning Studies. *Cardiff*.v.18. n.3-4. p.342-357. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; ONU MULHERES; SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Brasília, 2015.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: *Cobogó*, 2019.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Cozinhas, etç**.** um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista. São Paulo: *Editora Perspectiva*. 2 ed. 1978.
_____. Alvenaria burguesa. São Paulo: *Nobel*, 2 ed. 1989.
_____. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. *Anais do Museu Paulista Nova Série*, n.1, 1993.
_____. Casa Paulista: História das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: *Editora da Universidade de São Paulo*, 1999.

LIMA, Jéssica Caroline Rodrigues de. Pela porta de serviço: Análise espacial das dependências de empregadas dos edifícios de apartamentos nas décadas de 1960-1990 na cidade de Maceió/AL. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, 2019.

LIMA, Henrique Espada. Wages of Intimacy: Domestic Workers Disputing Wages in the Higher Courts of Nineteenth-Century Brazil. *International Labor and Working-Class History*, v. 88, pp. 11–29, 2015.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras, p.131 - 214, in SEVCENKO, Nicolau. História da Vida Privada no Brasil 3 - República: da Belle Époque à Era do Rádio, ed. 7, São Paulo: *Companhia das letras*, 1998.

MORAIS, Fernando de Oliveira. O quartinho: a dependência doméstica na habitação multifamiliar na cidade de João Pessoa (PB) no século XXI. Dissertação de Mestrado, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. 2017.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. A construção e apagamentos de territórios negros. *Revista da ABPN***.** V. 12, n. 34. Set – Nov 2020, p 157 -181.

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas-A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós-abolição. In: *XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH*, v. 50, 2011.

PINTO, Maria Inês Machado Borges. Cotidiano e Sobrevivência. São Paulo: *EDUSP*, 1994.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. 9 ed. São Paulo: *Perspectiva*, 2000.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. 1ª ed. – São Paulo: *Companhia das letras,* 2019.

ROLLINS, Judith. Entre Femmes: les domestique et leur patronnes. *Actes de la Recherche*, nº 84, 1990, pp.63-77.

SANTOS, Judith Karine Cavalcanti. Quebrando as correntes invisíveis: Uma análise crítica do trabalho doméstico no Brasil, Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição) Universidade de Brasília Faculdade de Direito, Brasília-DF, 85f. 2010.

SAMARA, Eni Mesquita. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de; PAULA, Silvana Gonçalves de (Orgs.). Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: *UFRRJ*, 1987.

SCHETTINO, Patrícia Thomé Junqueira; LEMOS, Celina Borges; "O Palacete Carioca". Estudo sobre a relação entre as transformações da arquitetura residencial da elite e a evolução do papel social feminino no final do século XIX e início do século XX no Rio de Janeiro. In:

MENDONÇA, Isabel; MALTA, Marize; CARITA, Hélder. A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores. *Escola de Belas Artes,* Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Brasil viveu um processo de amnésia sobre a escravidão, diz historiadora. Entrevista concedida a CARNEIRO, Júlia Dias. *BBC News Brasil*, São Paulo, 10 de maio, 2018.

SILVA, Luís Octávio. Os quintais e a morada brasileira. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte,* v. 11, n. 12, p. 61-78, dez. 2004.

SILVA, Elizabeth. Maids, machines and morality in Brazilian homes. *Feminist Review*, v. 94, n.1, p.20-37, 2010.

SOARES, Luís Carlos. O" povo de cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. *7Letras*, 2007.

SOUZA, Julia Filet-Abreu de. Paid Domestic Service in Brazil. *Latin American Perspectives*, vol. 7, no. 1, pp. 35–63, 1980.

SOUZA, Lêda Maria Teles de. Dependência da empregada: O espaço da exclusão. 1991.(Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

SOUZA, Flavia Fernandes de. Entre a convivência e a retribuição: trabalho e subordinação nos significados sociais da prestação de serviços domésticos (cidade do rio de janeiro, 1870-1900). *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, 4-1: 93-125, 2010.

TELLES, Lorena Féres da Silva. Libertas entre sobrados: Contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão. Dissertação. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. 196 p. 2011.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. Sobrados coloniais: um tipo só. Cadernos Proarq: *Revista de Arquitetura e Urbanismo do PROARQ*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 194-211, 2012.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria; CUNHA, Viviane. O quarto da empregada: história de um apartheid imutável num espaço doméstico em mudança. In: GUIMARÃES, Victor. Doméstica. Pernambuco: *Desvia produções*. 1º ed. 2015.

VAUTIER, Louis Léger. Casas de residência no Brasil 1840-46. In: Arquitetura Civil I. São Paulo. *MEC – IPHAN e FAU/USP*, 1981.

VAZ, Lílian Fessler. Modernidade e Moradia – Habitação Coletiva no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: *7 Letras*, 2002.

VILLA, Simone. Apartamento metropolitano: habitações e modos de vida na cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. 2002.

VILLAS BÔAS, Bruno. Subemprego no país avança 30% no mês de abril. *Gazeta de Alagoas*. 21 de junho, 2015.

ZORRAQUINO, Luís D. A evolução da casa no Brasil. Programa para análise de Revalidação de Diploma. *Faculdade de Arquitetura e Urbanismo*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, 67f. 2006.

WENTZEL, Marina. O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo. *BBC News Brasil,* São Paulo, 26 de fevereiro, 2018.

Recebido em: 01/12/2021

Aceito em: 01/08/2022